



Prefeitura Municipal de Campinas  
Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente  
Departamento de Meio Ambiente - DMA

**DECLARAÇÃO DMA – nº 02a/07**  
(Referente a Exame Técnico de EIA/RIMA)

Campinas, 11 de abril de 2007

Protocolo: 05/10/48866

Interessado: BRASILINVEST – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

Com referência ao Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto de Meio Ambiente – EIA/RIMA apresentado por BRASILINVEST – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, o qual aborda a implantação do Loteamento Residencial Três Pontes do Atibaia e prolongamento da Avenida Alexandre Mackenzie, e ainda baseado nos elementos constantes do protocolo em questão e informações complementares solicitadas à requerente, o Departamento de Meio Ambiente – SEPLAMA, a fim de atender a necessidade da realização do **Exame Técnico** conforme dispõe o artigo 5º da Resolução CONAMA 237/97, declara que:

1. A Prefeitura Municipal de Campinas não realiza o licenciamento ambiental ou aprovação de estudos de impactos ambientais, cabendo estes à Secretaria Estadual de Meio Ambiente – CPRN/DAIA, após considerar o exame técnico pelos órgãos ambientais do Município, de acordo com o Art. 5º da Resolução CONAMA 237/97;
2. O empreendimento em questão teve sua análise prévia aprovada nesta Prefeitura Municipal de Campinas, sendo que as diretrizes ambientais básicas estabelecidas coadunam-se com os elementos constantes no EIA/RIMA apresentado. É conveniente destacar que na ocasião da aprovação final do empreendimento junto à Prefeitura Municipal, a requerente deverá ainda apresentar Projeto de Arborização do Sistema Viário, das Praças e Áreas Verdes (Lei Municipal nº 11517/03) e Projeto de Recuperação e/ou Preservação Ambiental (Lei Municipal nº 10.729/00), assim como poderão ocorrer pequenos ajustes face à dimensão do empreendimento;
3. Considerando que o empreendimento está inserido em Área de Proteção Ambiental – APA Municipal (Macrozona 1), nos termos da Lei Municipal Complementar nº 15/06 e Lei Municipal nº 10.850/01, onde ocorrem terrenos frágeis e ondulados, deve ficar vedada a realização de terraplenagem, salvo nas porções destinadas a abertura das vias de circulação e implantação de infraestrutura. A manutenção da cobertura vegetal no interior das quadras associadas a não realização de terraplenagem, representam medidas importantes, tanto para a minimização dos impactos na paisagem, como no desencadeamento de processos erosivos e carreamento do solo para as APPs. Remanescentes de vegetação nativa e drenagens;
4. Com relação a Compensação Ambiental, devida pelo empreendedor conforme determina a Lei Federal nº 9.985/00, face a dimensão do empreendimento e sua peculiar inserção em APA, solicitamos que o Órgão Ambiental Licenciador dedique especial atenção com relação ao valor apresentado no presente estudo no que se refere ao cálculo da compensação ambiental, tendo em vista que a Lei nº 9.985/00 considera como parâmetro de referência os “custos totais previstos para a implantação do empreendimento” e a requerente apresenta um valor referente apenas aos “projetos de engenharia”, **estimado em R\$ 45.000.000,00**. Neste sentido, é importante ressaltar que a tese de Doutorado de Zoraide Amarante Itapura

Av. Anchieta, nº 200 - 19º andar - CEP 13.0  
ambiente.administra@campinas.sp.gov.br







## Prefeitura Municipal de Campinas

Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente  
Departamento de Meio Ambiente - DMA

de Miranda, apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, para obtenção do título de Doutor em Economia Aplicada – Área de Concentração em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, sob orientação do Prof. Dr. José Graziano da Silva, faz relato à fl. 69, que "... As principais atividades imobiliárias anunciadas em 2000, registradas pela pesquisa da Fundação SEADE sobre intenções de investimentos, dizem respeito à implantação e ampliação de shopping centers, somando cerca de U\$ 126 milhões (Parque D. Pedro, Galeria e Iguatemi).... tendo sido anunciado um investimento de U\$ 20 milhões, provavelmente para a anunciada implantação de uma nova unidade do loteamento residencial Alphaville em Campinas. Ainda neste segmento, em 1999, a empresa Brasilinvest anunciou um investimento de U\$ 250 milhões, para implantação de um empreendimento imobiliário em Sousas (Villagio Sousas) e de mais U\$ 200 milhões para implantação de um empreendimento com finalidade recreativa";

5. Com relação as propostas apresentadas no EIA/RIMA sobre as Unidades de conservação a serem beneficiadas, solicitamos ao Órgão Ambiental Licenciador acatar em parte a proposta apresentada, ou seja, a concordância com as propostas 8.6.2/ APA de Sousas e Joaquim Egídio e 8.6.3/ Reserva de Santa Genebra. Considerando o que dispõe o § 2º do artigo 36 da Lei 9.985/00, que cita que tal Compensação Ambiental pode inclusive contemplar a criação de novas unidades de conservação, julgamos de suma importância a indicação da "**Mata Ribeirão Cachoeira**" em Sousas para ser incluída na compensação devida. Nossa indicação pauta-se no fato de que a Mata Ribeirão Cachoeira é o segundo maior fragmento florestal do município, com 233,7 ha, sendo portanto, o principal remanescente florestal da APA de Sousas e Joaquim Egídio, e ainda pelo fato do mesmo estar inserido na área de influência indireta do empreendimento em pauta e apenas a 2,00 km de distância do local. Esse fragmento florestal é o que apresenta as melhores condições de conservação de toda a região, sendo classificado no Plano de Gestão da APA como "Mata Inteira", possuindo atributos legítimos para sua conversão em uma Unidade de Proteção Integral;
6. Destacamos que a viabilidade do loteamento proposto deve estar vinculada a implantação do prolongamento da Av. Alexandre Mackenzie, para que não haja sobrecarga do frágil sistema viário existente na APA, em especial as limitações da Av. Mário Garnero;
7. Deverá ser observada a manifestação do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA, nos termos da Lei Municipal nº 10.841/01 (Art. 3º, inciso XI), durante o processo de licenciamento;
8. Deverão ser encaminhadas a esta Prefeitura Municipal, cópias das Licenças Ambientais emitidas pelos órgãos ambientais competentes, para conhecimento das medidas mitigadoras e compensatórias a ser implantadas para monitoramento do processo de implantação e para anexação ao Protocolo em questão.

O prazo de validade da presente Declaração é de 01 ano à partir da data da emissão.



Mayla Yara Porto  
Diretora Depto de Meio Ambiente  
Seplama - PMC

